



V SIEaD
VII SEIA
2019 



ISSN 2237-0749

Tecnologia Educacional
e Educação a Distância
CADERNO DE ARTIGOS

Apoio:
 **FAPESP**



VII Simpósio de Educação Inclusiva e Adaptações V Simpósio Internacional de Educação a Distância

TEMA: Práticas Inclusivas e Inovações:
os desafios da educação no século XXI

16 a 25 de setembro de 2019

CADERNO DE ARTIGOS

LINHA: TECNOLOGIA EDUCACIONAL E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

ISSN 2237-0749

Dra. Elisa Tomoe Moriya Schlünzen
Dr. Klaus Schlünzen Junior
Dra. Ana Maria Osorio Araya
COORDENADORES DO EVENTO

Dra. Cícera Aparecida Lima Malheiro
Dra. Miryan Cristina Buzetti
COORDENAÇÃO CIENTÍFICA



VII Simpósio de Educação Inclusiva e Adaptações V Simpósio Internacional de Educação a Distância

TEMA: Práticas Inclusivas e Inovações:
os desafios da educação no século XXI

16 a 25 de setembro de 2019

PARECERISTAS

ADRIANA APARECIDA DE LIMA TERÇARIOL
ALBINO SZESZ JUNIOR
AMARILDO GOMES PEREIRA
ANA JULIA PERROTTI GARCIA
ANA MARIA DE JESUS FERREIRA NOBRE
ANA PAULA SILVA CANTARELLI BRANCO
ARTURO TLACAELEL CURIEL DIAZ
BRISA TEIXEIRA DE OLIVEIRA
BRUNNA STELLA DA SILVA CARVALHO MELO
CARINA ALEXANDRA RONDINI
CARMEM SILVIA LIMA FLUMINHAN
CAROL RIVERO PANAUÉ
CÍCERA APARECIDA LIMA MALHEIRO
DENISE ROCHA BELFORT ARANTES BRERO
EDER DA SILVA SANTANA
ELAINE MUSSI HUNZECHER QUAGLIO
ELAINE SAMORA C. E FRANÇA ANTUNES
FILIPA ISABEL BARRETO DE SEABRA BORGES
ILKA MARCIA RIBEIRO DE SOUZA SERRA
IZABEL DE LOURDES GIMENEZ SOUZA
JANE APARECIDA DE SOUZA SANTANA

JÉFERSON MUNIZ ALVES GRACIOLI
KATIA DE ABREU FONSECA
KETILIN MAYRA PEDRO
LUCIANE MARIA MOLINA BARBOSA
LUCRECIA CHUMPITAZ CAMPOS
MAIRA REJANE OLIVEIRA PEREIRA
MARCELA CORRÊA TINTI
MARCIA CRISTINA ARGENTI PEREZ
MARIA APARECIDA CRISSI KNUPPEL
MARIA ELIZABETH BIANCONCINI DE ALMEIDA
MARIA TERESA MENEZES FREITAS
MARIANE DELLA COLETTA SAVIOLI
MARTINHA CLARETE DUTRA DOS SANTOS
MATHEUS AUGUSTO MENDES AMPARO
MIRYAN CRISTINA BUZETTI
PATRICIA MORALIS CARAMORI
RAQUEL ROSAN CHRISTINO GITAHY
REGIANE DA SILVA BARBOSA
SORAIA SILVA PRIETCH
SUSANA HENRIQUES
UILIAN D. VIGENTIM
VALTER GOMES CAMPOS

AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COMO RECURSO PEDAGÓGICO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DO ENSINO REGULAR DE TAQUARA: RECURSOS DISPONÍVEIS E DIFICULDADES IDENTIFICADAS

INFORMATION AND COMMUNICATION TECHNOLOGIES AS A PEDAGOGICAL RESOURCE IN TAQUARA REGIONAL SCHOOL SCHOOLS: AVAILABLE RESOURCES AND IDENTIFIED DIFFICULTIES

Costa, Suzy de Abreu¹, Seabra, Filipa²

¹ Universidade Aberta, Portugal
e-mail: suzydeabreucosta@gmail.com, Brasil

² LE@D, Universidade Aberta, Portugal; CIED-UMinho
e-mail: filipa.seabra@uab.pt, Portugal

Linha: Educação e Tecnologia Digital

Eixo Temático: Eixo 13 - Formação de Professores em Educação Especial e Inclusiva

Modalidade: Apresentação por vídeo

RESUMO: Com o intuito de auxiliar com uma educação inclusiva, realizou-se um trabalho de investigação orientado à obtenção do doutorado que teve como objetivo geral, caracterizar o uso de tecnologias com vista à inclusão, considerando a socialização, a aprendizagem, bem como, o respeito pelos direitos dos alunos com deficiências nas Escolas Municipais de Ensino Regular do Município de Taquara. A metodologia empregue foi de cunho quanti-qualitativo, com o objetivo de obter-se uma maior compreensão dos fenômenos a serem investigados, tendo como técnicas de recolha de dados, inquérito por questionário e entrevista semiestruturada, instrumentos dirigidos, primeiramente à diretora da Secretaria de Educação Especial e, posteriormente, aos professores titulares e os de apoio. Nas análises dos resultados e durante o processo conclusivo, fez-se uma correlação com os objetivos específicos desta investigação, sendo estes: caracterizar os recursos tecnológicos e humanos disponíveis nas escolas para o atendimento aos estudantes com deficiência; conhecer as percepções dos professores titulares e os de apoio relativamente ao seu nível de competência na utilização destes recursos tecnológicos; analisar as perspectivas dos vários intervenientes sobre os impactos da utilização das TIC durante o processo de ensino e aprendizagem nos alunos especiais,

incluindo ao nível pedagógico, curricular e extracurricular; e, por último, analisar as perspectivas dos vários intervenientes sobre as limitações dos recursos existentes e entraves à sua efetiva utilização. Em particular, na presente comunicação, propomo-nos responder preliminarmente ao primeiro e último desses objetivos específicos.

Palavras-chave: Inclusão- Tecnologias de Informação e de Comunicação (TIC)- Formação

ABSTRACT: In order to help with an inclusive education, a research work aimed at obtaining a doctorate was carried out. Its general objective was to characterize the use of technologies for inclusion, considering socialization, learning and respect. for the rights of students with disabilities in the Taquara Municipal Regular Schools. The methodology used was of a quantitative and qualitative nature, with the objective of obtaining a better understanding of the phenomena to be investigated, having as data collection techniques, questionnaire inquiry and semi-structured interview, instruments directed, primarily to the director of the Secretariat of Special Education and subsequently to full and support teachers. In the analysis of the results and during the concluding process, a correlation was made with the specific objectives of this research, which were: characterize the technological and human resources available in schools to assist students with disabilities; to know the perceptions of the tenured and supporting teachers regarding their level of competence in the use of these technological resources; analyze the perspectives of the various stakeholders on the impacts of ICT use during the teaching and learning process on special pupils, including at the pedagogical, curricular and extracurricular level; and, finally, to analyze the perspectives of the various actors on the limitations of existing resources and obstacles to their effective use.

Key word: Inclusion - Information and Communication Technologies (ICT) - Training

1. INTRODUÇÃO

Desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948¹, a qual garante educação para todos, independentemente de origem, condição social, observando que cada indivíduo tem o direito de igualdade de oportunidades, perpassando-se quatro décadas, pela Unicef, na Convenção dos Direitos da Criança, em 1989², ficam explicitados, também os direitos das pessoas com deficiências no ensino regular.

¹ unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf

² http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10120.htm.

Porém, mesmo com todo o empenho de sociedades, de governos e professores, a inclusão das pessoas deficientes não ocorre de forma fácil. Muitos são os estudos que denotam as dificuldades no sistema de ensino, como, Rodrigues (2007); Ribeiro (2012); Gonçalves (2013); Casarin (2014); Tavares, (2014); e, Teles (2015), desde o processo inicial voltado a infraestrutura dos espaços físicos, na capacitação de professores, nos recursos pedagógicos facilitadores, na formulação de um projeto político pedagógico que contemple as diferenças, como também, na sensibilização da comunidade escolar em relação ao processo inclusivo.

Para Mendes (2015), diante dos desafios dos tempos atuais, cada vez mais observa-se nos cenários das práticas curriculares, a necessidade de adaptar-se novas estratégias pedagógicas, ao mesmo tempo em que o autor enfatiza que o conhecimento deverá ser sempre a principal meta no cenário educacional, pois o uso das tecnologias de informação e comunicação devem servir como uma ferramenta facilitadora, tendo-se o cuidado de adequar a estes recursos aos conteúdos curriculares,

(...) a inserção de computadores, bem como qualquer outra inserção que se deseja operar no cotidiano escolar deve necessariamente ser associado a uma reflexão crítica sobre os principais fundamentos do currículo e as mudanças na formação de professores (MENDES, 2015, p. 10).

Indo a favor destas necessidades, surgia a tecnologia assistiva visando propor e promover o acesso para pessoas com limitações funcionais nas escolas, com recursos facilitadores à comunicação, a promoção da independência e a inclusão nos espaços educacionais, o que é confirmado por Monteiro da Cruz e Monteiro (2013), *"Nos dias atuais, as tecnologias estão presentes em quase todos os aspectos da vida cotidiana, inclusive na escola"* (p. 10).

Por reconhecer a necessidade de implementação dos recursos tecnológicos facilitadores ao processo inclusivo nos ambientes educacionais, o Ministério de Educação e Cultura (MEC), cria em 2013, o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência-

Viver sem Limite, inserido no Programa Nacional de Inovação em Tecnologia Assistiva (PNIT), implementado pelo Ministério de Comunicação, Tecnologia e Informação- MCTI e pela Financiadora de Estudos e Projetos- Finep, tendo como objetivo, apoiar o desenvolvimento de produtos, metodologias, estratégias, práticas e serviços inovadores que aumentem a autonomia, o bem-estar e a qualidade de vida de pessoas com deficiência, conforme é reforçado na citação:

O Programa Escola Acessível disponibiliza recursos financeiros às escolas públicas, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola, para promoção de acessibilidade arquitetônica nos prédios escolares e compra de materiais e equipamentos de tecnologia assistiva (PNIT, 2013, p. 16).

Em virtude destes meios de comunicação e de aprendizagem terem o amparo da legislação brasileira nos ambientes escolares, e por estes recursos estarem se tornando, de forma crescente, importantes instrumentos de acessibilidade, o que se pretende através desta pesquisa, além do processo investigativo quanto a capacitação dos educadores e da caracterização das TICs, é a promoção da inclusão social, amenizando as barreiras quanto ao aprendizado às pessoas com deficiências (PCD), possibilitando uma condição equânime de justiça social, diminuindo preconceitos, reforçando habilidades, desenvolvendo potencialidades e melhorando a autoestima destes indivíduos (Levy, 1999).

2. OBJETIVOS

O objetivo geral do trabalho realizado foi caracterizar o uso de tecnologias com vista à inclusão dos alunos com deficiências nas Escolas Municipais de Ensino Regular do Município de Taquara. Com vista à obtenção desse objetivo, delinearam-se objetivos específicos entre os quais se contam a) Inteirar-se dos recursos tecnológicos disponíveis nas Escolas Municipais de Ensino Regular do Município de Taquara para o atendimento aos estudantes com deficiência;b) Analisar as perspectivas dos vários intervenientes sobre as limitações dos recursos existentes e entraves à sua efetiva utilização.

3. FUNDAMENTAÇÃO

O papel da TIC no cenário educacional vem adquirindo cada vez mais relevância. Sua utilização dentro do processo de ensino-aprendizagem vem aumentando de uma forma muito significativa, ocasionando mudanças sociais, estruturais e funcionais frente à comunidade escolar, sendo estes recursos reconhecidos pela UNICEF (2012):

(...) salas de recurso podem ser fornecidas estando equipadas com a tecnologia e ferramentas, sendo geridas por especialistas experientes em técnicas de ensino colaborativo e pode oferecer suporte a crianças e professores nas salas de aula tradicionais. (...) computadores e tecnologias de informação e comunicação (TIC) de tecnologias podem ser um benefício significativo para as crianças com deficiência e facilitar a aprendizagem flexível. Para muitas crianças, a comunicação muitas vezes pode ser difícil e TIC permitem maior interação com as pessoas em seu ambiente imediato e promovem a comunicação, interação, cognição e aprendizagem. Usar computadores e tecnologia assistiva relacionada em atividades educativas ajuda as crianças a ganhar autoconfiança, habilidades sociais, habilidades de comunicação, habilidades motoras brutas e finas, habilidades e uma ampla gama de habilidades e conhecimentos necessários para resolver problemas diante da sociedade (UNICEF³, p. 74).

Visando a evolução do processo educativo de qualidade, entretanto, conforme Marchesi e Martin (1995) é necessário ainda a abordagem de como o profissional deve lidar com situações de diversidades, ressaltando a importância de se incluir a aprendizagem de habilidades, inserindo estratégias de planejamento, tais como, programações específicas, adaptações no currículo, metodologia, organização da classe, avaliação, técnicas de trabalho em grupo, estratégias de intervenção em função das dificuldades de aprendizagem do educando, reforçando que:

A formação do professor deve ser continuada, para que vise a diversidade e tenha facilidade em lidar com a mudança, sempre pronto a inovar suas práticas pedagógicas. Para isso é preciso que se tenha uma boa formação de base, inicial, e formação continuada (MARCHESI e MARTIN, 1995, p. 97).

³ Approach to Inclusive Education. Geneva: UNICEF Regional Office for Central and Eastern (2012). The Right of Children with Disabilities to Education: A Rights-Based A Europe and the Commonwealth of Independent States (CEECIS). Disponível em: https://www.unicef.org/disabilities/files/UNICEF_Right_to_Education_Children_Disabilities_En_Web.pdf.

Neste sentido, por não haverem estudos científicos comprobatórios da utilização destas tecnologias nas Escolas Regulares Municipais de Ensino Fundamental da cidade de Taquara- Rio Grande do Sul (Brasil), e tomando como relevância o Parecer nº 17/2001⁴ do Conselho Nacional de Educação (CNE), esta pesquisa investigativa de cunho interpretativo, e recorrendo a uma metodologia quantitativa e qualitativa procurou-se fazer os seguintes levantamentos: os recursos tecnológicos disponíveis nas Escolas Municipais de Ensino Regular do Município de Taquara para o atendimento aos estudantes com deficiência; as percepções, os entraves e as perspectivas dos professores relativamente ao seu nível de competência na utilização destes recursos e de seus benefícios pedagógicos, curriculares e extracurriculares nos alunos.

4. METODOLOGIA

De caráter interpretativo, este projeto englobou os aspectos qualitativos e quantitativos dos fenômenos analisados no campo de pesquisa, na medida em que se *"tem o objectivo de considerar pontos de vista e perspectivas múltiplas"* (Moraes e Neves, 2007), considerando os sujeitos e as correlações com os objetivos do investigador, buscando o conhecimento ideográfico, bem como, as análises das intenções comportamentais e educativas dos participantes, preconizando o respeito por parte do investigador durante todas as fases da pesquisa.

Após validação e autorização superior, foi realizada uma entrevista semiestruturada com a Diretora de Educação Especial, professores titulares e de apoio; e aplicado um questionário aplicado aos educadores envolvidos na pesquisa. Foi ainda realizada pesquisa documental.

⁴ Ministério de Educação e Cultura (2001). Parecer CNE/ CEB 17/2001. Despacho do Ministro em 15/08/2001, publicado no Diário Oficial da União de 17/08/2001, seção 1, p. 46. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/parecer17.pdf>.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando a recolha de documentos e entrevista semiestruturada realizada com a Diretora de Educação Especial da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de Taquara; o questionário respondidos pelas 143 (cento e quarenta e três) educadores⁵ atuantes na docência inclusiva das Escolas de Ensino Fundamental do Município; e, pelas entrevistas semiestruturadas realizadas pelos 16 (dezesesseis) educadores⁶, chegou-se aos seguintes resultados, dos quais serão descritos nos próximos subitens.

- Análise dos recursos tecnológicos disponíveis nas Escolas Municipais de Ensino Regular do Município de Taquara com vista à inclusão das pessoas com deficiência: Através destas análises, percebe-se o quanto encontra-se carente o acesso às TICs em sala de aula. Apesar de haver a presença do professor de apoio para com as diferentes deficiências, o material pedagógico utilizado, na grande maioria, ainda é o tradicional, dificultando em uma aprendizagem significativa para estes alunos, pois na elucidação de Jonassen (2007) o uso de tecnologia em ambientes educativos é considerado uma *ferramenta cognitiva*; uma estratégia signficante no processo de aprendizagem, servindo como um complemento didático no favorecimento ao conhecimento, dando vistas ao desenvolvimento integral do indivíduo.

- Análise das perspectivas dos vários intervenientes sobre as limitações dos recursos existentes e entraves à sua efetiva utilização: Ficou evidenciado na pesquisa

⁵ Ressalta-se que 10 (dez) educadores não demonstraram interesse em participar da enquete, visto o levantamento inicial de 153 (cento e cinquenta e três) por parte da diretora, no momento da entrevista.

⁶ Sendo 08 (oito) titulares e 08 (oito) de apoio, considerando os alunos, dois com deficiência motora; dois com deficiência mental; dois com deficiência visual; dois com deficiência múltipla (cada um deste dois alunos com deficiência, um estaria a frequentar a série inicial e o outro, a série final do Ensino fundamental, relembando que a proposta inicial desta pesquisa era também vincular dois alunos com deficiência auditiva, mas conforme descrito anteriormente no Capítulo IV- Metodologia, Participantes da Pesquisa), por não ter havido matrícula nas séries iniciais do Ensino Fundamental com deficiência visual no ano corrente a esta investigação, não foram realizadas as entrevistas semi-estruturadas com os professores, titular e de apoio em nenhuma das séries.

que as limitações e os entraves principais estão vinculados a uma maior formação dos educadores, tanto titulares, como os de apoio, sejam das séries iniciais, como as finais, nos conteúdos voltados ao processo inclusivo e da necessidade de terem recursos tecnológicos em sala de aula.

- Análise dos benefícios do uso das TICs no processo de aprendizagem dos alunos especiais: Analisando-se os três grupos de informações: entrevistas realizadas com a diretora, professores inclusivos (titulares e de apoio) e os questionários, chegou-se à conclusão que poucos educadores têm formação e/ou competência ao uso das TICs, como também, poucos têm acesso aos recursos tecnológicos, visto estes materiais estarem inseridos nas salas de recursos. Da mesma forma, ficou definido no processo investigativo, que há uma expectativa dos educadores que tais recursos seriam significativos como instrumentos estratégicos facilitadores na prática pedagógica inclusiva, tendo como resultante uma aprendizagem significativa nos conteúdos curriculares e extracurriculares, com uma maior possibilidade de promoção, bem como, uma melhora na autoestima, na autonomia, na interação social e comunicação, pois sabe-se que o educador tem como função primordial, mostrar ao aluno o sentido do conhecimento, sendo o seu papel, uma parte significativa no processo de aprendizado, e que o uso da informática no espaço escolar deve funcionar como mais um recurso na construção das diferentes ciências, baseando-se em epistemologias que priorizem a ação do sujeito (Jonassen, 2007).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na apresentação dos dados com as análises, de conteúdo, documental, estatística e na discussão de resultados, feitas através dos documentos coletados, dos questionários aplicados, das entrevistas semiestruturadas e suas triangulações, conforme as variantes levantadas e as questões norteadoras desta investigação, conclui-se que os recursos tecnológicos disponíveis nas Escolas Municipais de Ensino Regular do Município de

Taquara com vista à inclusão das pessoas com deficiência e a percepção dos professores relativamente ao seu nível de competência na utilização das TICs, obtiveram um resultado indesejável, considerando o número de alunos especiais matriculados nas escolas, como constatou-se na discussão de dados. Referente aos recursos tecnológicos, principalmente nos ambientes de sala de aula, conclui-se que há pouco material disponível, verificação também analisada no estudo de arte, na pesquisa de Tavares (2014) e de Rodrigues (2007), ao referirem-se da dificuldade de os educadores terem acesso às TICs por diversos motivos, entre eles o financeiro. Outro assim, constatou-se, nas análises, documental e na entrevista com a diretora, que há uma sensibilização e um comprometimento por parte do Governo Municipal em capacitar cada vez mais e continuamente, um número maior de educadores nos conteúdos inclusivos, introduzir uma quantidade maior de recursos tecnológicos em todas salas de recursos das escolas faltantes, como também, *a posteriori*, em todas as salas das escolas municipais, apesar de estarem conscientes do impasse existente do recebimento de verba federal, havendo uma *lentidão* no processo final de concretização deste apoio financeiro pós- projetos, conforme relato da diretora.

Acredita-se que os educadores de apoio, como também, todos os titulares, deveriam estar melhores amparados, principalmente no está preconizado no parecer de número 17/2001 do CNE, citado na introdução deste trabalho, pois além da reforçar a necessidade de uma formação inclusiva inicial e contínua, reitera a competência ao uso das tecnologias na educação especial, sendo esta legislação federal, o elo norteador de análise de todo este processo investigativo, no sentido de tomada de conhecimento dos direitos das pessoas com deficiências.

Tem-se ciência da necessidade de ter-se uma *escola para todos*, conforme Slee (2012) elucida, ao descrever quanto ao tipo de instituição que deve ser ofertada aos novos alunos diante do cenário diversificado, preconizando não somente a infraestrutura,

mas também, a capacitação dos recursos humanos, a construção de um projeto político pedagógico capaz de favorecer a inclusão e a sensibilização de toda uma comunidade:

Precisamos estar nos perguntando que tipo de instalações escolares são necessários para todas as crianças neste século que irá construir o conhecimento, habilidades e disposição para trabalhar e remodelar o mundo do futuro? (...) Temos tudo a ganhar com a autêntica representação da diversidade. As melhorias necessárias no currículo, a pedagogia e a avaliação, projeto de escola e o estabelecimento do envolvimento das comunidades é bom para todos os alunos e educadores (SLEE, 2012, p. 11).

Porém, infelizmente, o que ficou constatado nesta pesquisa que esta prerrogativa inclusiva ainda não funciona com equidade nos espaços escolares investigados e que, certamente os resultados negativos não são causados pelo Governo Municipal, pois pode-se constatar a sensibilidade e os esforços dos gestores em fazer valer os direitos das PCDs. O que fica evidenciado é a dificuldade do Governo Federal em fazer valer, na vida prática, o que preconiza as diferentes legislações, internacional e nacional, em prol de uma educação para todos, oportunizando direitos iguais e competência dos seus docentes.

Este processo investigativo, por ter implicações práticas e, diante das suas conclusões, procurou-se de uma forma singela, informar e sensibilizar os gestores responsáveis pela SMECE e os educadores envolvidos, a irem em busca dos direitos das PCDs, em relação às esferas, estadual e federal, fazendo valer o que preconiza a legislação vigente ao dar o amparo legal a esta população merecedora de recursos facilitadores durante a sua trajetória escolar, em seus ambientes domésticos, promovendo uma aprendizagem significativa, melhora nas relações pessoais, comunicação, autonomia e autoestima; uma maior capacitação inicial e contínua do corpo docente, titulares e de apoio; bem como, na temática inclusiva, com extensão à competência nas TICs.

REFERÊNCIAS

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. 1994. Porto: Porto Editora.

CASARIN, M. M. **O programa um computador por aluno (PROUCA) e a inclusão de alunos com deficiência**. 2014. Tese de Doutorado, Universidade do Rio Grande do Sul, Brasil.

GONÇALVES, J. R. **As tecnologias de informação e comunicação como recurso à inclusão de crianças com necessidades educativas especiais**. 2013. Tese de Doutorado, Escola Superior de Educação João de Deus, Lisboa, Portugal.

JONASSEN, D. **Computadores, Ferramentas Cognitivas**. Porto: Porto Editora. 2007.

LEVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34. 1999.

MARCHESI, Á.; MARTIN E. Da Terminologia do distúrbio às necessidades educacionais especiais, In: COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, Á. (orgs.). **Desenvolvimento psicológico e educação. Necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar**. 1995. Porto Alegre: Artes Médicas.

MEC- Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite, Decreto no. 7.612, 2013. Disponível em <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/viver-sem-limite>. Acesso em 22 de abril de 2017.

MENDES, G. L. Technology is the answer, but what was the question? About policies of technology insertion in schools and curricular change. In **European Journal of Curriculum Studies**, 2(1), 233-244.

MONTEIRO DA CRUZ, M.; MONTEIRO, A. Acessibilidade cognitiva para o letramento de jovens com deficiência intelectual. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, 21(74). 2013.

MORAIS, A. M. M.; NEVES, I. P. Fazer investigação usando uma abordagem metodológica mista. **Revista Portuguesa de Educação**, 20(2), 75-104. 2007.

NAÇÕES UNIDAS- Convenção dos Direitos da Criança. Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Carta Magna em 20 de novembro de 1989.

RODRIGUES, A. S. **A informática como uma ferramenta de apoio à deficiência visual.** 2007. Tese de Doutorado, Universidade do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil.

RIBEIRO, J. E. M. **As Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação de Alunos com Necessidades Educativas Especiais: proposta de um Programa de Formação para o Ensino Básico.** 2012. Tese de Doutorado, Universidade de Aveiro, Portugal.

SLEE, R. How do we make inclusive education happen when exclusion is a political predisposition? **International Journal of Inclusive Education**, 17(8), 895-907.

TAVARES, M. R. N. **Inclusão e prática pedagógica: dificuldades e desafios.** Dissertação de Especialização. 2014. Universidade do Rio Grande do Sul, Brasil.

TELES, R. F. O. **Tecnologias para a inclusão: centros de recursos virtuais no apoio às necessidades educativas especiais.** 2015. Universidade do Minho, Portugal.

UNESCO. Declaração Universal dos Direitos Humanos. (1948). Representação da UNESCO no Brasil. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. UNICEF. (2012). The Right of Children with Disabilities to Education: A Rights-Based Approach to Inclusive Education. Geneva: UNICEF Regional Office for Central and Eastern Europe and the Commonwealth of Independent States (CEECIS).